

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	27
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	29
10.8 - Plano de Negócios	30
10.9 - Outros fatores com influência relevante	31

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A administração considera os riscos descritos no item 4.1 em grande parte riscos inerentes ao seu modelo de negócios para os quais não tem política formal de gerenciamento. O gerenciamento destes riscos provavelmente implicaria em custos muito elevados na forma de restrições ao aproveitamento de oportunidades de investimento no setor e no país. Não obstante, para alguns destes riscos são adotadas medidas de mitigação já descritas no item 4.1, quando aplicáveis.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

não aplicável aos riscos descritos em 4.1.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

não aplicável aos riscos descritos em 4.1

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

não aplicável aos riscos descritos em 4.1

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não aplicável aos riscos descritos em 4.1.

Informamos adicionalmente que a Companhia não mantém estrutura organizacional específica para gerenciamento de riscos. Não possui comitês de qualquer natureza (nem de auditoria, nem de riscos, nem de remuneração, não possui o cargo de Diretor de Compliance nem órgão independente de auditoria interna). Também não adota formalmente os princípios recomendados pelo COSO e por ser listada apenas no Brasil, no Novo Mercado na B3 e não está sujeita às determinações da Lei Sarbanes-Oxley.

Não obstante a inexistência de uma política formal de gerenciamento destes riscos, eles foram, inicialmente, amplamente identificados em 2004, quando a empresa foi listada no segmento do Novo Mercado da B3, e divulgados no prospecto de abertura de capital. A partir de 2008, quando adotou as normas IFRS e a Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 instituiu o formulário de referência esta identificação dos riscos e procedimentos de gestão passaram a ser atualizadas anualmente no próprio formulário de referência, que é revisado pela diretoria e submetido para apreciação dos Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Além disso, a Companhia apresenta em conjunto com suas demonstrações financeiras a nota explicativa de Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco Financeiro - conforme determinado pela Instrução Normativa da CVM 475/08, que é revisada pela auditoria independente, pela diretoria e aprovada no Conselho de Administração, em conjunto com as demonstrações financeiras para então ser submetida para aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2019, a Grendene aprovou a criação de um Comitê de Investimentos, o qual terá por atribuição principal definir as modalidades de investimento da Companhia. Foi deliberado ainda, a possibilidade de a Companhia investir em outras modalidades de investimentos, em instrumentos financeiros de crédito privado, inclusive permutas financeiras imobiliárias, a serem definidas pelo Comitê de Investimentos.

O Conselho de Administração em reunião de 13 de fevereiro de 2020 aprovou a Política de partes relacionadas que tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a serem observados pela Grendene S.A. e seus Administradores, de modo a assegurar que as decisões, envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas com plena independência e absoluta transparência tendo em vista os interesses da Grendene e de seus acionistas. Esta Política foi estabelecida com base na legislação vigente, práticas e regulamentos da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), especialmente a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Em Reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2021, foi aprovado o Código de Conduta, a criação do Comitê de Ética e o Regimento Interno do Comitê de Ética. O Comitê de Ética deverá incentivar o respeito, o cumprimento da conduta alinhada às regras internas da Companhia, em conformidade com as leis e os padrões éticos da sociedade, que também orientam as nossas relações internas e externas como colaboradores, empregados, terceiros e administradores da Grendene.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

O Conselho de Administração da Companhia em sua reunião de 24 de fevereiro de 2022, aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, a qual prevê a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado:

A Companhia é bastante conservadora com riscos não inerentes ao seu negócio principal, motivo pelo qual os riscos de mercado são identificados e eliminados ou reduzidos significativamente.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia é exposta ao risco de crédito e risco de mercado relacionado a mudanças adversas nas taxas de juros, taxas de câmbio e risco de preço de commodities. Buscamos proteção contra tais riscos, conforme descrito no item "ii".

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2019, a Grendene aprovou a criação de um Comitê de Investimentos, o qual tem por atribuição principal definir as modalidades de investimento da Companhia. Foi deliberado ainda, a possibilidade de a Companhia investir em outras modalidades de investimentos, em instrumentos financeiros de crédito privado, inclusive permutas financeiras imobiliárias, a serem definidas pelo Comitê de Investimentos.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos.

Risco de crédito: O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais decorrente do contas a receber de clientes e de contrapartes em investimentos financeiros, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Entre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras; análise dos créditos concedidos a clientes; o estabelecimento de limites de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

Os critérios de gestão de riscos da Companhia e de suas controladas, para as aplicações financeiras, estabelecem que os recursos financeiros disponíveis devem ser mantidos, substancialmente em bancos de primeira linha (assim considerados os 10 maiores bancos por ativos do país) títulos públicos ou títulos privados, como por exemplo, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, títulos de crédito, entre outros, que buscam remuneração atrelada a uma cesta de indicadores como: CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos por índices de inflação.

As oportunidades de investimento de maior risco (aquelas com títulos privados), são avaliadas pelo comitê de investimentos criado para este fim e que, segundo política da Companhia, pode destinar até R\$850 milhões de reais para este tipo de investimento.

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras - A exposição da Companhia aos riscos de contraparte em instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Consolidado (em milhares de reais)	2018	2019	2020
Caixa e equivalentes	16.562	18.072	19.162
Aplicações financeiras	1.960.396	2.110.385	1.981.710
Total	1.976.958	2.128.457	2.000.872

Caixa e equivalentes incluem os numerários em espécie, depósitos bancários sem a incidência de juros e aplicações financeiras de liquidez imediata, com possibilidade de resgate de três meses ou menos, a contar da data de aquisição, e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN), Títulos do Governo (NTN-B), Letra de Arrendamento Mercantil (LAM) e Fundo de Investimento Multimercado (composto de ações).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, descontos por pontualidade estimados e ajustes a valor presente.

A exposição do risco de crédito com clientes está demonstrada a seguir:

Consolidado (em milhares de reais)	2018	2019	2020
Contas a receber de clientes	944.214	908.297	1.162.538

Consolidado (em milhares de reais)	2018	2019	2020
Títulos a vencer	961.287	921.508	1.164.888
Títulos vencidos até 30 dias	13.205	21.091	12.693
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.902	1.893	1.889
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	484	2.051	4.840
Títulos vencidos há mais de 91 dias	13.044	16.615	66.252
Soma	990.922	963.158	1.250.562
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.519)	(14.050)	(25.651)
Descontos por pontualidade estimados	(32.037)	(31.484)	(55.955)
Ajustes a valor presente – AVP	(10.152)	(9.327)	(6.418)
Total	944.214	908.297	1.162.538

Mais detalhes vide nota explicativa - Contas a receber de clientes das respectivas Demonstrações financeiras.

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação, o que garante redução dos impactos advindos de oscilações em taxas de juros de mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber de clientes originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram transações desta natureza. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía adiantamentos de contrato de exportação de US\$16.551 mil e US\$29.835 mil em 2018, o qual era compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seus custos dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

Os limites máximos de exposição cambial líquida de seus negócios os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD na BM&F até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente a aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (a) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira, (b) importações em andamento, e (c) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio).

Os riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As operações de proteção cambial junto à BM&F, são realizadas através de corretoras especializadas, com garantias específicas. O valor da garantia é de R\$59.410 em 31 de dezembro de 2020 (R\$56.908 em 2019 e R\$54.835 em 31 de dezembro de 2018), constituído por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. Os saldos a receber no valor de R\$559 em 31 de dezembro de 2020; R\$1.371 em 31 de dezembro de 2019 e R\$843 em 31 de dezembro de 2018, estão classificados na conta de títulos a receber.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos utilizados para proteção consistem, na venda de dólares futuro dos Estados Unidos, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&FBOVESPA, contratos de ACC (Adiantamentos de contrato de câmbio) e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

As operações de proteções cambiais são usualmente efetuadas junto à BM&FBOVESPA através de corretoras especializadas, realizadas sem margameento. A garantia é normalmente constituída por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para reduzir a exposição cambial líquida de seus negócios, a administração da Companhia determina que os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD, exclusivamente na BM&F até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente a aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (a) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira, (b) importações em andamento, e (c) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não utilizamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia utiliza como parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) – COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos Riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Uma vez avaliados os riscos e revisados/ implantados os controles internos, o processo passará por ciclos de monitoramento, com o objetivo de verificar a eficácia dos controles internos e, por consequência, a avaliação dos riscos.

Os riscos e os controles internos definidos serão consolidados em uma matriz de riscos e matriz de controles internos da Grendene, visando facilitar o monitoramento e sua gestão.

Em relação aos riscos, a empresa, periodicamente, realizará revisões, podendo alterar o grau do risco, bem como incluir novos riscos detectados (riscos emergentes). Nesta etapa, deve-se identificar alterações nos ambientes externos e internos e aprimorar a análise de eventos e o processo de avaliação de riscos.

Em relação aos controles internos, o monitoramento será realizado por meio de testes com base na matriz de controles internos da empresa (definindo amostras e coletando evidências dos controles internos), de acordo com calendário preestabelecido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia possui sistemas integrados de gestão (software de gestão) que uma vez parametrizados garantem razoável padronização nas suas transações e nos registros das mesmas. Para garantir integridade aos seus sistemas a companhia mantém um rígido controle dos acessos aos mesmos e da rastreabilidade das transações. O controle das senhas de acesso e dos perfis de usuários é sistematicamente avaliado pelos gestores e submetido a testes pela auditoria externa.

Os relatórios internos de gestão e o acompanhamento sistemático de indicadores e resultados pelos gerentes responsáveis, acompanhados pelos diretores, proporcionam um ambiente de controle razoavelmente seguro.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia.

Na avaliação da administração a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros e busca seu contínuo aperfeiçoamento.

b. As estruturas organizacionais envolvidas.

A diretoria da empresa composta pelo diretor presidente, diretor vice-presidente e diretor financeiro e de relações com investidores em conjunto com os diretores não estatutários e os gerentes subordinados a eles são os responsáveis pelo acompanhamento dos indicadores e resultados dos principais processos de negócios da companhia. A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – é composta por uma gerência de controladoria sul, gerência de crédito e jurídica, gerência de tesouraria e gerência de controladoria nordeste, principais responsáveis pela elaboração de relatórios financeiros, e pela adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Diretoria Estatutária, coordenada pelo seu presidente é responsável pelo estabelecimento, revisão e manutenção das políticas e controles internos da Companhia, bem como pelo gerenciamento de riscos relevantes e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação e revisão das demonstrações financeiras, reportando-se ao Conselho de Administração.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O acompanhamento sistemático dos indicadores de negócio e relatórios financeiros é efetuado pela diretoria. Os diretores participam das reuniões do Conselho de Administração sendo arguidos pelos mesmos sobre os resultados.

O Diretor financeiro e de relações com investidores participa das reuniões do Conselho Fiscal respondendo a suas questões e dando encaminhamento para as sugestões e recomendações recebidas. Também participa regularmente das reuniões com os auditores independentes para avaliação dos seus trabalhos.

Os gestores recebem relatórios regulares (diários, semanais, mensais e trimestrais) sobre os indicadores e resultados de negócios. Mensalmente os resultados são analisados, comparados com as expectativas e resultados obtidos em igual período do ano anterior e apresentados em reunião entre gerentes e diretores para discussão.

O resultado de todos os trabalhos previstos no exercício é reportado por meio de relatórios ao Conselho de Administração, Diretores e Gerentes envolvidos e são acompanhadas em bases mensais.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Os auditores independentes conduziram os trabalhos de auditoria e avaliaram o sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 com objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Em seu relatório circunstanciado referente a estes trabalhos relativos a 31 de dezembro de 2020 os auditores identificaram o que em sua opinião configura uma deficiência significativa de controles internos, relacionada ao reconhecimento da receita de venda de produtos, cuja entrega do produto não ocorre necessariamente na mesma data da emissão da fatura. A norma contábil “CPC 47 / (IFRS 15) Receita de contrato com clientes” determina que a entidade deve reconhecer a receita quando seja provável que venha a receber a contraprestação a qual tem direito em troca dos bens que foram transferidos aos clientes, entre outros critérios. Os auditores independentes sugerem que a administração aprimore seus procedimentos, registrando as receitas de venda, bem como os respectivos custos e despesas relacionadas, apenas quando da transferência da propriedade das mercadorias aos clientes, para que os valores contábeis reflitam de forma mais fidedigna as normas de contabilidade vigentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Na reunião de avaliação do relatório a Administração fez os comentários a seguir:

- 1) Toda a produção da companhia é feita após o recebimento de pedidos dos produtos, isto é, a companhia programa todo sistema de produção de acordo com os pedidos recebidos;
- 2) A companhia produz diariamente e embarca grande quantidade de produtos já encomendados pelos seus clientes, podendo ultrapassar em um único dia o despacho de mais de um milhão de pares de calçados;
- 3) Estes produtos são agrupados conforme os pedidos e transportados por centenas de caminhões de transportadoras independentes que deverão entregar os mesmos em todas as regiões do país, para cerca de 70 mil clientes diferentes e aproximadamente 145 mil pontos de venda.
- 4) Não existem concentrações de pedidos em clientes e conforme já afirmado nenhum cliente representa mais que 4% da receita da companhia, sendo que pedidos individuais representam ainda menos;
- 5) Individualmente, cada pedido ou mesmo cada carga transportada por um caminhão representa valor insignificante sobre o total de receitas da companhia e, portanto o risco de algum eventual sinistro ou fato que impeça a entrega dos produtos afetar esta receita é igualmente insignificante. Na avaliação da administração, a probabilidade de alguma parte significativa da receita reconhecida não se concretizar é imaterial. Além disso, todas as cargas estão seguradas;
- 6) Conforme demonstrado aos auditores todos os pedidos eram existentes na data do embarque, os produtos foram embarcados e não houve devoluções significativas ou recusa de recebimento dos mesmos por parte dos clientes;
- 7) As faturas correspondentes a estes pedidos foram liquidadas pelos clientes nos prazos de vencimento, sem a ocorrência de inadimplência ou atrasos anormais;
- 8) Todos os impostos sobre estas receitas foram reconhecidos e pagos.

Tendo em vista estas características e a irrelevância dos impactos que estes valores teriam sobre os resultados da Companhia, a Administração avaliou o custo x benefício de implementar controles internos adicionais necessários para o controle destes efeitos os quais não seriam vantajosos e nada agregariam à qualidade das informações.

Entretanto, a companhia introduziu várias modificações em seu processo para reduzir a possibilidade de ocorrerem situações como a identificada pelos auditores, tais como a renegociação com vários clientes nos termos de transportes (frete), especialmente clientes internacionais, priorização de embarques para clientes com maior tempo de transporte e aperfeiçoamentos no processo de embarque. Ainda assim vai continuar aprimorando seu sistema de controle para melhor evidenciar todos os pontos destacados.

De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sim, possui. A Grendene conta com Código de Conduta desde 1 de dezembro de 2008, o qual foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2021. A nova versão estabelece os princípios éticos e as normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia. As diretrizes estabelecidas no Código de Conduta aplicam-se e devem ser observadas por todos os colaboradores, independentemente das atribuições e responsabilidades.

É esperado que o colaborador que tiver conhecimento ou identificar violações a qualquer aspecto do Código de Conduta, das Políticas da Grendene, da Legislação e Regulamentações aplicáveis a Companhia reportem imediatamente a situação. Se desejado, a denúncia poderá ser feita de forma anônima ao Canal de Ética, que pode ser utilizado pelo público interno e externo.

O Canal de Ética é operado por uma empresa terceirizada, especializada nesse segmento.

Website: www.linhaetica.com.br/etica/grendene

E-mail: grendene@linhaetica.com.br

Telefone: 0800-208-0048

Caixa postal: 79518, CEP 04711-904, São Paulo, SP.

O Canal de Ética garante a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos Colaboradores envolvidos.

Em conjunto com a aprovação do Código de Conduta em 29 de abril de 2021, foi criado um Comitê de Ética que analisará todas as dúvidas e denúncias realizadas pelo Canal de Ética, deliberando sobre os casos de comprovada infração.

A íntegra do Código de Conduta pode ser consultada no site da CVM e da B3 e de relações com investidores da Companhia:

(<http://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Codigo-de-Conduta>)

- I. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Ver resposta acima (5.4 letra "a").

- II. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Ver resposta acima (5.4 letra "a").

- III. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- Se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Sim, se aplica a todos os colaboradores, independentemente das atribuições e responsabilidades.

- Frequência com que os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.

O Código de Conduta prevê treinamentos periódicos, mas não determina a frequência.

- Sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

O Colaborador que violar uma conduta, prática, ou política da Grendene, bem como legislação ou regulamentação aplicável à Companhia, ou permitir que um subordinado o faça, estará sujeito a ação disciplinar, que poderá ser advertência, suspensão, desligamento ou encerramento da relação contratual com a Grendene.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em sua reunião de 29 de abril de 2021. O documento pode ser consultado no sistema de Informações periódicas (IPE) da CVM e da B3 e no site da Companhia (<http://ri.grendene.com.br/PT/Governanca-Corporativa/Codigo-de-Conduta>).

- b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Sim, a Grendene possui Canal de denúncia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
O Canal de denúncias ("Canal de Ética") é operado por uma empresa terceirizada, especializada nesse segmento.
- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
Sim, está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros.
- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
Sim, há mecanismos que garantem o anonimato e a proteção.
- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias
O Comitê de Ética é o responsável pela apuração das denúncias realizadas através do Canal de Ética e deliberar sobre os casos de comprovada infração.

- c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Sim, a Companhia adota procedimentos visando identificar vulnerabilidades e riscos.

- d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica. O Código de Conduta disciplina as relações dos colaboradores com o Poder Público.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

O ano de 2020 foi marcado por uma crise sanitária e econômica sem precedentes na história recente. A pandemia do novo coronavírus atingiu a humanidade de forma extrema, impactando países, empresas e a sociedade como um todo.

Medidas de isolamento social (que incluíram o fechamento do comércio, a interrupção da produção industrial e o fechamento de fronteiras), jamais vistas por nenhum de nós, foram adotadas globalmente, como alternativa para conter o avanço do vírus, paralisando as atividades econômicas no mundo todo, causando efeitos na produção industrial, no comércio, no emprego e na renda.

Observamos um choque simultâneo de oferta, por meio da quebra de cadeias globais de produção, e de demanda, com as famílias parando de consumir ou comprando menos, quer seja por queda da renda ou por medo de recessão.

Diante deste cenário desafiador, respondemos rapidamente para nos adaptarmos ao contexto gerado pela Covid-19, priorizando a saúde e a integridade dos nossos colaboradores e a continuidade dos nossos negócios, apoiando fornecedores e clientes, cumprindo assim a responsabilidade que acreditamos ter perante a sociedade.

Com o apoio de parceiros, produzimos e distribuímos, voluntariamente, um volume superior a 4,5 milhões de itens de proteção para profissionais da saúde e da segurança em mais de 270 municípios do Brasil.

O agravamento da pandemia, contudo, a partir de meados de fevereiro de 2021, trouxe de volta restrições à circulação e à abertura das lojas físicas, e impactou a confiança do consumidor e, consequentemente, enfraqueceu a demanda por nossos produtos, principalmente em março de 2021, devido ao endurecimento das referidas restrições.

Nesse contexto, continuamos a nos apoiar em nossas convicções e estratégias - focando na saúde e segurança de nossos colaboradores, fortalecendo nossas marcas, investindo no digital e no *direct to consumer* e apoiando nossos fornecedores, parceiros, clientes e comunidades - ao mesmo tempo em que gerimos a Grendene com prudência para administrar as elevadas incertezas que permanecem no ambiente de negócios.

Em fevereiro de 2021, comemoramos 50 anos de história, durante os quais enfrentamos inúmeras crises domésticas e internacionais, das quais sempre emergimos mais fortes como empresa. Estamos confiantes de que o desfecho será o mesmo para a atual crise sanitária e econômica que vivemos.

Enquanto empresa, continuamos a navegar pela pandemia da Covid-19, permanecendo focados em iniciativas e estratégias que agregam valor à Companhia, incluindo o investimento em nossos colaboradores, o fortalecimento de nossas marcas, o investimento em ferramentas e recursos digitais, a diversificação de geografias, de categorias, de produtos e de canais de distribuição, entre outros.

O relaxamento das medidas restritivas observado recentemente, permitindo a reabertura gradual do comércio físico, nas diversas regiões do país, ainda que com horários reduzidos, aponta para um cenário de retomada da atividade econômica. Porém, esperamos que as vendas continuem a ser adversamente impactadas durante o 2T21.

À medida em que a vacinação avança no Brasil e no exterior e a confiança do consumidor retorna, estamos mais confiantes do que nunca de que sairemos da pandemia mais fortes como empresa, aptos para prosseguir com a trajetória de crescimento sustentável da Grendene.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**a) Gestão de capital**

A Administração tem por objetivo assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, protegendo o capital das mudanças e condições econômicas, a fim de apoiar a redução de custos de capital e maximizar o retorno aos acionistas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento dos dividendos, efetuar captações de empréstimos e emissão de valores mobiliários no mercado financeiro, dentre outros.

A política de baixo nível de alavancagem da Companhia, é monitorada através do índice de alavancagem financeira, conforme demonstrado abaixo.

Consolidado (em milhares de reais)	2018	2019	2020
Empréstimos e financiamentos	152.927	95.192	9.821
Contratos de Arrendamento	-	79.973	90.956
(-) Caixa e equivalentes	(16.562)	(18.072)	(19.162)
Dívida líquida	136.365	157.093	81.615
Patrimônio líquido	3.465.042	4.006.699	4.230.168
Índice de alavancagem financeira	3,9%	3,9%	1,9%

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem reduziu em comparação à 31 de dezembro de 2019 e 2018, principalmente em decorrência da liquidação de financiamentos de ativos fixos e empréstimos, os quais objetivam os adiantamentos de contrato de câmbio referentes às exportações.

Apresentamos a exposição da Companhia ao risco de crédito e risco de liquidez:

b) Risco de liquidez

A Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa, o que torna os riscos de liquidez inexpressivos na opinião da administração.

O risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos) pode ser avaliado conforme demonstração a seguir:

Consolidado (em milhares de reais)	2018			2019			2020		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	10.727	20.681	31.408	10.352	10.341	20.693	-	-	-
Financ. – Proapi e Provin	-	5.933	5.933	56	7.741	7.797	577	9.244	9.821
Capital de giro e ACE	115.586	-	115.586	66.702	-	66.702	-	-	-
	126.313	26.614	152.927	77.110	18.082	95.192	577	9.244	9.821

Consolidado (em milhares de reais)	2018			2019			2020		
	Projeção incluindo juros futuros	Até um ano	De 1 a 9 anos	Projeção incluindo juros futuros	Até um ano	De 1 a 9 anos	Projeção incluindo juros futuros	Até um ano	De 1 a 9 anos
Financiamento ativo fixo	11.811	21.566	33.377	11.008	10.570	21.578	-	-	-
Financ. – Proapi e Provin	-	7.170	7.170	59	9.018	9.077	594	10.501	11.095
Capital de giro e ACE	117.368	-	117.368	67.389	-	67.389	-	-	-
	129.179	28.736	157.915	78.456	19.588	98.044	594	10.501	11.095

Contas a pagar – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Consolidado (em milhares de reais)	2018	2019	2020
Fornecedores	42.095	45.636	94.460
Comissões a pagar	45.897	45.191	59.710

A posição de ativos líquidos e valores a receber de clientes já foram demonstrados no item Risco de Crédito descrito anteriormente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Informamos que a íntegra da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Grendene S.A., aprovada na Reunião do Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2022 está disponível para consulta nos sites da CVM, B3 e no site de relações com investidores da Companhia.

Comissão de Valores Mobiliários – <http://www.cvm.gov.br>

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – <http://www.b3.com.br>

Grendene – Relações com Investidores – <http://ri.grendene.com.br>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- a. Na opinião da administração a empresa está em sólida situação econômica e financeira. Os saldos mantidos em caixa, equivalentes de caixa e/ou aplicações financeiras trazem tranquilidade que a Companhia tem plenas condições de honrar todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No aspecto econômico, a Companhia tem demonstrado capacidade de obter lucros mesmo em cenários adversos remunerando o capital investido de forma que consideramos adequada e distribuindo dividendos que excedem os dividendos mínimos obrigatórios há 17 anos, desde que foi listada no Novo Mercado em 2004.

Os dados que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Grendene referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020 estão demonstrados nos quadros a seguir e complementadas pelos itens 10.1.b, 10.1.c, 10.1.d, 10.1.e, 10.1.f, 10.1.g, 10.1.h e 10.2.

Ano (Em milhares de reais)	Patr. líquido ¹ inicial	Lucro líquido controladora	Dividendos	Re-investimento	Retorno s/ Patr. líquido	Patr. líquido ¹ final
2018	3.087.479	585.530	315.076	270.454	19,0%	3.341.108
2019	3.341.108	819.217	536.479	282.738	24,5%	3.632.679
2020	3.632.679	405.206	219.530	185.676	11,2%	4.082.020

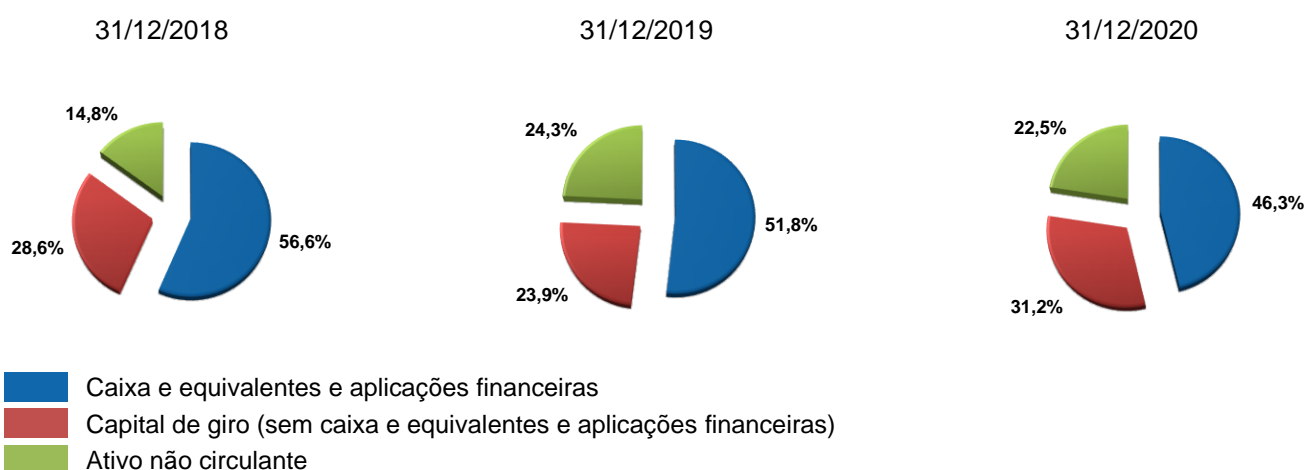
1) Patrimônio líquido ajustado com a exclusão do saldo de dividendos a pagar.

Liquidez	2018	2019	2020
Liquidez geral	8,6	7,7	9,3
Liquidez corrente	8,0	6,5	9,1
Liquidez seca	7,2	5,8	8,2

Rentabilidade	2018	2019	2020
Margem líquida	25,1%	39,6%	21,4%
Margem líquida recorrente	25,1%	23,1%	24,7%
Margem bruta	47,4%	45,6%	46,1%
Margem Ebit	19,6%	27,5%	15,9%
Margem Ebit recorrente	19,6%	16,2%	19,6%

Em milhares de reais	2018	2019	2020
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	152.927	95.192	9.821
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras (CP e LP)	1.976.958	2.128.457	2.000.872

Ativos

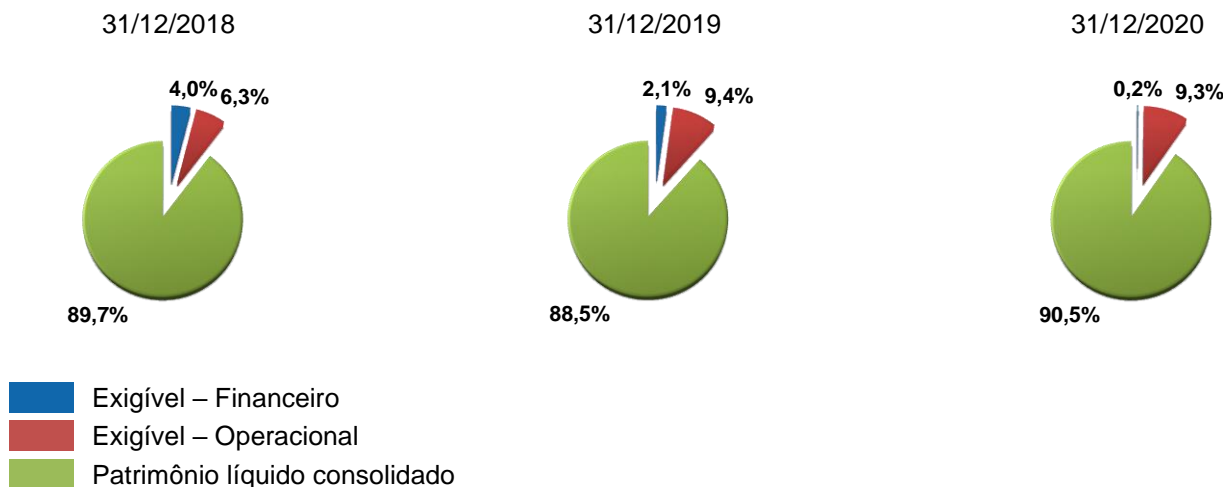


- b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. A Grendene realiza seus investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exigível: Passivo circulante + passivo não circulante



Todas as ações emitidas pela Grendene são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e não possuem previsão de resgate.

i. Hipóteses de resgate

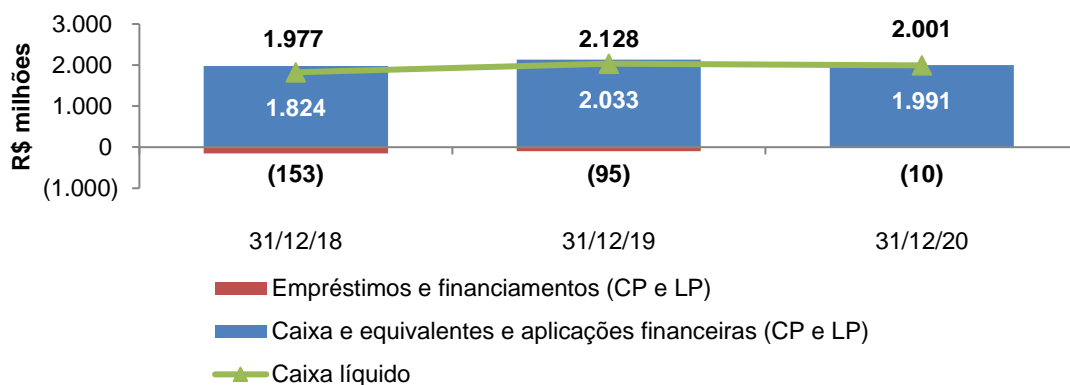
Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Grendene não tem ações resgatáveis emitidas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Grendene mantém confortável e sólida situação financeira tendo plenas condições de honrar com todos os seus compromissos.



Em milhares de reais	2018	2019	2020
Ativo Circulante	2.930.313	2.734.494	3.202.874
Ativo Não circulante	930.443	1.791.687	1.472.832
Passivo Circulante	366.909	420.813	351.029
Passivo Não Circulante	28.805	98.669	94.509
Patrimônio Líquido Consolidado	3.465.042	4.006.699	4.230.168

Como pode ser evidenciado pelo balanço patrimonial da Companhia e demonstrado no quadro acima, o caixa da Companhia (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras) é superior a todo exigível de curto e de longo prazo o que torna improvável que qualquer situação econômico-financeira externa afete sua capacidade de pagar seus compromissos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Grendene detém significativa posição de caixa líquido (saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras menos empréstimos de curto e longo prazo), apresenta forte e regular geração de caixa operacional e tem capacidade de financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, a empresa poderá recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de sua administração para gerarem valor aos seus acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Grendene não tem deficiências de liquidez, não teve deficiências no passado e não tem previsão que esta situação possa ocorrer. O seu capital de giro e investimentos são financiados com recursos próprios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 o endividamento bancário apresentava a seguinte composição:

Consolidado	Indexadores	Taxas de juros (a.a)	2018	2019	2020
Moeda Nacional					
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31% e 4,12%	31.408	20.693	-
Proapi - Provin	TJLP	4,55%	5.933	7.797	9.821
			37.341	28.490	9.821
Moeda Estrangeira					
Capital de giro – ACE	Dólar +	3,87%, 2,30% e 3,36%	115.586	66.702	-
			115.586	66.702	-
Total dos empréstimos e financiamentos			152.927	95.192	9.821
(-) Total do passivo circulante			(126.313)	(77.110)	(577)
Total do passivo não circulante			26.614	18.082	9.244

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2020:

Parcelas de longo prazo					
Vencimentos	2022	2023	2024	2025	Total
Financiamentos bancários	-	-	-	-	-
Proapi	4.551	-	-	397	4.948
Provin	606	1.685	1.117	888	4.296
Total	5.157	1.685	1.117	1.285	9.244

Financiamento – Ativo Fixo

Em 2014 a Companhia contratou financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. através do FNE – Fundo Constitucional do Nordeste destinado a aquisição de bens e serviços para construção de planta industrial. A liberação dos recursos ocorreu de forma parcelada durante o exercício de 2014 e 2015 (saldo de R\$20,7 milhões em 2019, R\$31,0 milhões em 2018). Os demais financiamentos em ativo fixo foram contratados para aquisição de equipamentos industriais (R\$0,4 milhão em 2018).

Financiamento – Capital de giro – ACE

A Companhia tomou empréstimos para suas operações de exportação na modalidade ACE (Adiantamentos de Cambiais Entregues). Estas operações consistem em adiantar o valor correspondente em reais de exportações embarcadas.

Financiamentos – Proapi e Provin

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Proapi – este benefício já foi extinto, mas ainda existem saldos a receber e financiamentos a pagar), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Em 31 de dezembro de 2020, estão registrados no passivo circulante e não circulante, as parcelas não incentivadas desses financiamentos no valor de R\$9,2 milhões (R\$7,8 milhões em 2019 e R\$5,9 milhões em 2018).

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos eram concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia pagava 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado vigente até março de 2017.

Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por aval dos acionistas controladores da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não apresenta obrigações de longo prazo com instituições financeiras que não obrigações relacionadas às operações acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de controle societário.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Não existem alterações significativas nas demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, na opinião da Administração, nos exercícios de 2018 e 2020. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram reapresentadas, para correção e reconhecimento do saldo de ativo contingente. Esses ajustes foram apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Descrição das principais contas do Balanço patrimonial consolidado

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto e longo prazo, totalizaram em 31 de dezembro de 2018 - R\$1.977,0 milhões, 31 de dezembro de 2019 - R\$2.128,5 milhões e em 31 de dezembro de 2020 - R\$2.000,9 milhões. As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN) e Títulos do Governo (NTN) e são classificadas em “Títulos ao valor justo por meio do resultado” e “Títulos mantidos até o vencimento”, conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstramos a seguir a geração de caixa da Companhia em:

Em milhares de R\$	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (a)	483.835	426.826	108.886
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento (b)	(147.862)	(58.657)	210.404
<i>Caixa líquido consumido / gerado nas aplicações financeiras</i>	<i>(75.596)</i>	<i>(6.226)</i>	<i>288.325</i>
<i>Caixa líquido consumido por investimentos e ativos fixos</i>	<i>(72.266)</i>	<i>(52.431)</i>	<i>(77.921)</i>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (c)	(349.530)	(366.659)	(318.200)
Redução / Aumento no caixa e equivalentes (a + b + c)	(13.557)	1.510	1.090

O caixa e equivalentes e aplicações financeiras (Curto e longo prazo) representavam em 31 de dezembro de 2020 - 42,8% do Ativo Total (47,0% em 2019 e 51,2% em 2018).

Contas a receber de clientes e Estoques

As rubricas, Contas a receber de clientes e Estoques totalizaram R\$1.232,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$1.185,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$1.478,9 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 96, 107 e 118 dias, respectivamente, e para o mercado externo 84, 82 e 76 dias, respectivamente.

Patrimônio líquido

Abaixo apresentamos a evolução do Patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Patrimônio líquido consolidado - Em milhares de R\$	Evolução - R\$
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.217.609
Lucro líquido do exercício	585.530
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	5.709
Aquisição de ações em tesouraria	(35.148)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	6.050
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	6.564
Dividendos distribuídos	(191.272)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(110.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(19.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.465.042
Lucro líquido do exercício	819.217
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.794
Aquisição de ações em tesouraria	(3.928)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	6.660
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	(4.307)
Dividendos distribuídos	(159.393)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(110.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(16.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.006.699
Lucro líquido do exercício	405.206
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	11.848
Aquisição de ações em tesouraria	(16.079)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de compra	5.543
Despesas com plano de opções de compra ou subscrição de ações	1.574
Dividendos distribuídos	(41.262)
Dividendos mínimo obrigatório	(33.361)
Juros sobre o capital próprio distribuído	(93.500)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	(16.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.230.168

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Capital de Giro**

O capital de giro está demonstrado a seguir:

Em milhares de R\$	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Capital de giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)	2.563.404	2.313.681	2.851.845
Capital de giro / Ativo total	66,4%	51,1%	61,0%
Capital de giro / Receita líquida de vendas	109,9%	111,7%	150,4%

Descrição das principais contas da Demonstração do resultado consolidado

Vide item 10.2, letra “a”.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita bruta de vendas

O bom desempenho da receita bruta no segundo semestre (aumento de 20,1%), não foi suficiente para recuperar as perdas ocasionadas pela pandemia de Covid-19 no primeiro semestre de 2020 (queda de 47,4%). Com isso, a queda no ano da receita bruta foi de 7,1% ante 2019. No mercado interno a queda foi menor, de 3,8%, mesmo com a recuperação da economia observada no segundo semestre, principalmente pelo bom desempenho do comércio varejista. Na exportação, já esperávamos um ano desafiador, e registramos queda de 19,2% vs. 2019, em função do agravamento da pandemia em diversas regiões do mundo, no segundo semestre, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Nesse período tivemos fraco desempenho e maior concentração de embarques aos países da América Latina, que consomem mais produtos básicos.

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Receita bruta consolidada	2.825,0	2.513,3	2.334,8	(7,1%)
Mercado interno	2.168,0	1.979,5	1.903,6	(3,8%)
Exportação	657,0	533,8	431,2	(19,2%)
<i>Exportação em US\$</i>	<i>179,8</i>	<i>135,3</i>	<i>83,6</i>	<i>(38,2%)</i>

Milhões de pares	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Volumes	173,0	150,9	145,4	(3,6%)
Mercado interno	132,5	120,0	119,4	(0,5%)
Exportação	40,5	30,9	26,0	(15,8%)

R\$	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Receita bruta por par	16,33	16,66	16,06	(3,6%)
Mercado interno	16,36	16,50	15,94	(3,4%)
Exportação	16,22	17,30	16,60	(4,0%)
<i>Exportação em US\$</i>	<i>4,44</i>	<i>4,39</i>	<i>3,22</i>	<i>(26,7%)</i>

Receita líquida de vendas

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Receita bruta de vendas	2.825,0	2.513,3	2.334,8	(7,1%)
Mercado interno	2.168,0	1.979,5	1.903,6	(3,8%)
Exportação	657,0	533,8	431,2	(19,2%)
Deduções das vendas	(491,6)	(442,3)	(438,0)	(1,0%)
Devoluções e impostos s/vendas	(385,3)	(345,2)	(332,5)	(3,7%)
Descontos concedidos a clientes	(106,3)	(97,1)	(105,5)	8,7%
Receita líquida de vendas	2.333,4	2.071,0	1.896,8	(8,4%)

Custo dos produtos vendidos

Em 2020, o CPV foi impactado principalmente em decorrência do aumento do preço da resina, que se acentuou no segundo semestre de 2020. O custo do CPV por par caiu 5,9%, 0,9 p.p. superior a queda da receita líquida por par (5,0%). Nos últimos 3 anos o (CAGR) do CPV total ficou negativo em 3,9% a.a.

Entendemos que a disciplina nos custos é fator fundamental em nossos resultados.

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Custo dos produtos vendidos	1.227,3	1.126,5	1.022,3	(9,2%)
R\$ por par	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Custo dos produtos vendidos/par	7,09	7,47	7,03	(5,9%)

Lucro bruto

Em 2020, o lucro bruto apresentou queda de 7,4%. Os esforços para aumentar a produtividade em conjunto com as alterações no mix e no portfólio de produtos permitiram manter a margem bruta estável (em torno dos 46%).

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Lucro bruto	1.106,1	944,5	874,5	(7,4%)
Margem bruta	47,4%	45,6%	46,1%	0,5 p.p.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Despesas operacionais (DVG&A)

Despesas com vendas

As despesas comerciais da Companhia são predominantemente variáveis na forma de fretes, licenciamentos, comissões, publicidade e marketing mantendo-se ao longo do período entre 22% e 26% da receita líquida de vendas.

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Despesas com vendas	560,7	530,8	431,8	(18,6%)
% da receita líquida de vendas	24,0%	25,6%	22,8%	(2,8 p.p.)

Despesas gerais e administrativas (DG&A)

As despesas gerais e administrativas mantiveram o percentual sobre a receita líquida de cerca de 4%, ainda acima do indicador que temos perseguido, mas variando abaixo da inflação.

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2019/2018
Desp. gerais & administrativas	92,6	87,6	77,5	(11,6%)
% da receita líquida de vendas	4,0%	4,2%	4,1%	(0,1 p.p.)

Despesas não recorrentes (Covid-19)

A Administração da Companhia e suas controladas, está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 nos seus negócios. A Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

Dentre as ações tomadas ao longo de 2020 para minimizar os impactos causados pela Covid-19 destacamos: *i)* Concessão de férias coletivas por 21 dias a partir de 23 de março de 2020 para todas as unidades localizadas no Brasil, com retorno em abril, na unidade do Sul, com redução de jornada e salários em 50% e em maio, para as unidades do Nordeste, com redução de jornada e salários em 70%. As atividades da Companhia foram normalizadas, em todas as unidades do Brasil, a partir de 13 de julho de 2020, respeitando os decretos Municipais e Estaduais vigentes, assim como o Modelo de Distanciamento Controlado do Estado do Rio Grande do Sul e o Plano de Retomada Responsável das Atividades Econômicas e Comportamentais do Estado do Ceará; *ii)* Prorrogação por 30 dias dos recebíveis do mercado interno com vencimentos entre 23 de março de 2020 a 17 de abril de 2020, sem encargos. No decorrer no 2º trimestre houveram negociações pontuais, incluindo os recebíveis do mercado externo, que foram tratadas e analisadas de acordo com a necessidade de cada cliente; *iii)* Análise dos investimentos financeiros, não identificando-se desvalorizações subsequentes; e *iv)* Confirmação da continuidade dos investimentos em empreendimentos imobiliários, não existindo previsões de atrasos, tampouco, riscos de não se realizarem.

Contudo, mesmo diante das ações citadas anteriormente, tivemos impactos nos resultados. Os custos fixos incorridos no segundo trimestre correlacionando à relevante queda nos níveis de produção da Companhia, foram considerados custos de ociosidade. Adicionalmente a Companhia incorreu em despesas com doações e medidas de proteção com o objetivo de combater a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) visando garantir a segurança dos seus colaboradores, clientes, lojistas, fornecedores e sociedade. No quadro a seguir detalhamos esses efeitos nos resultados da Companhia e suas controladas:

	Controladora	Consolidado
Custos de ociosidade	(44.120)	(44.393)
Doações	(1.502)	(1.502)
Despesas com medidas de proteção	(2.110)	(2.085)
Total	(47.732)	(47.980)

Resultado financeiro líquido

A Companhia detém uma sólida posição de caixa, e os resultados financeiros são uma parte importante do lucro líquido da empresa. As operações com câmbio têm por objetivo o hedge principalmente de recebíveis das exportações. A Grendene nestas operações é vendedora da moeda americana, e o resultado à longo prazo das mesmas tem como objetivo ser muito perto de zero.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2020, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$137,4 milhões, 22,8% menor que o obtido em 2019 (resultado recorrente). O item que mais contribuiu foi o resultado de instrumentos financeiros de renda variável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Resultado financeiro (R\$ milhares)	2018	2019 reapresentado	2020	Var. % 2020/2019
Rendimentos de aplicações financeiras	135.499	144.839	83.806	(42,1%)
Rendimentos de aplicações financeiras	135.499	144.839	83.806	(42,1%)
Result. de instrumentos financeiros de renda variável	-	-	76.418	-
Resultado de instrumentos financeiros de renda variável	-	-	76.418	-
Resultado financeiro câmbio	(18.599)	5.169	(52.864)	-
Resultado operações de derivativos cambiais - BM&F	(19.804)	6.377	(67.346)	-
Receitas operações de derivativos cambiais - BM&F	62.052	53.975	64.331	19,2%
Despesas operações de derivativos cambiais - BM&F	(81.856)	(47.598)	(131.677)	176,6%
Resultado variação cambial	1.205	(1.208)	14.482	-
Receitas com variação cambial	75.213	54.209	109.033	101,1%
Despesas com variação cambial	(74.008)	(55.417)	(94.551)	70,6%
Resultado de outros ativos financeiros - SCPs	-	-	8.020	-
Resultado de outros ativos financeiros - SCPs	-	-	8.020	-
Outras operações financeiras	(11.830)	181.930	(5.883)	-
Juros ativos	7.213	214.770	11.370	(94,7%)
Juros recebidos de clientes	2.110	2.128	1.937	(9,0%)
Despesas de financiamentos	(10.445)	(9.007)	(7.891)	(12,4%)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(6.949)	(16.024)	(4.902)	(69,4%)
Outras receitas / despesas financeiras	(3.759)	(9.937)	(6.397)	(35,6%)
Receita de ajuste a valor presente	53.808	42.470	27.916	(34,3%)
Ajustes a valor presente	53.808	42.470	27.916	(34,3%)
Resultado financeiro líquido	158.878	374.408	137.413	(63,3%)
Conciliação do Resultado financeiro (R\$ milhares)	2018	2019 reapresentado	2020	Var. % 2020/2019
Resultado financeiro líquido contábil	158.878	374.408	137.413	(63,3%)
Efeito não recorrente	-	(196.336)	-	100,0%
Resultado financeiro líquido recorrente	158.878	178.072	137.413	(22,8%)

Lucro líquido do exercício

Em 2020, o lucro líquido recorrente foi de R\$468,6 milhões, queda de 2,1% vs. 2019. A recuperação dos negócios no segundo semestre de 2020, não foi capaz de amenizar os efeitos negativos causados pelo Covid-19 nos negócios da Companhia durante o primeiro semestre de 2020.

No período de 2018 a 2020, o lucro líquido recorrente recuou 16,8% a.a. (CAGR), principalmente pela queda das receitas de vendas e dos volumes, aumento dos custos e pela menor contribuição do resultado financeiro no lucro líquido.

Lucro líquido (R\$ milhares)	2018	2019 (reapresentado)	2020	Var. % 2020/2019
Lucro líquido do exercício	585.530	819.217	405.206	(50,5%)
Efeito não recorrente	-	(340.428)	63.392	(118,6%)
Lucro líquido do exercício recorrente	585.530	478.789	468.598	(2,1%)

Margem líquida	25,1%	39,6%	21,4%	(18,2 p.p.)
Margem líquida recorrente	25,1%	23,1%	24,7%	1,6 p.p.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em novembro de 2020, foi aprovada a proposta apresentada pela Diretoria, inclusive com a avaliação favorável do Conselho Fiscal de reconhecimento contábil da apropriação do saldo remanescente dos Créditos PIS/COFINS no valor total de R\$450.124 mil (valor divulgado em 30/09/2020), que será atualizado até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, procedendo, nesta data, o recolhimento dos tributos dele decorrentes.

Desta forma, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram reapresentadas, para correção e reconhecimento do saldo de ativo contingente em questão. Esses ajustes estão apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossas receitas operacionais são impactadas por modificações nos volumes de pares vendidos, na receita bruta por par e pela taxa de câmbio na exportação. O impacto dos itens mencionados pode ser observado nas tabelas abaixo:

Receita bruta (R\$ milhares)	2018	2019	Var. 2019-2018		2020	Var. 2020-2019	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	2.167.999	1.979.515	(188.484)	(8,7%)	1.903.565	(75.950)	(3,8%)
Exportação R\$	656.996	533.786	(123.210)	(18,8%)	431.232	(102.554)	(19,2%)
Exportação US\$	179.777	135.304	(44.473)	(24,7%)	83.639	(51.665)	(38,2%)
Total	2.824.995	2.513.301	(311.694)	(11,0%)	2.334.797	(178.504)	(7,1%)

Volume de vendas (milhares de pares)	2018	2019	Var. 2019-2018		2020	Var. 2020-2019	
			R\$	%		Pares	%
Mercado interno	132.513	120.001	(12.512)	(9,4%)	119.429	(572)	(0,5%)
Exportação	40.504	30.862	(9.642)	(23,8%)	25.979	(4.883)	(15,8%)
Total	173.017	150.863	(22.154)	(12,8%)	145.408	(5.455)	(3,6%)

Receita bruta por par (em R\$)	2018	2019	Var. 2019-2018		2020	Var. 2020-2019	
			R\$	%		R\$	%
Mercado interno R\$	16,36	16,50	0,14	0,9%	15,94	(0,56)	(3,4%)
Exportação R\$	16,22	17,30	1,08	6,7%	16,60	(0,70)	(4,0%)
Exportação US\$	4,44	4,39	(0,05)	(1,1%)	3,22	(1,17)	(26,7%)
Total	16,33	16,66	0,33	2,0%	16,06	(0,60)	(3,6%)

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par			
2018 – 2019		2019 – 2020	
Variação de Volume MI a receita bruta por par do ano anterior – (12.512 x R\$16,36)	(R\$204.704)	Variação de Volume MI a receita bruta por par do ano anterior – (572 x R\$16,50)	(R\$9.436)
Variação de Volume ME a receita bruta por par do ano anterior – (9.642 x R\$16,22)	(R\$156.398)	Variação de Volume ME a receita bruta por par do ano anterior – (4.883 x R\$17,30)	(R\$84.456)
Var. receita a valores por par 2019	(R\$361.102)	Var. receita a valores por par 2020	(R\$93.892)

Variação em reais da receita bruta de vendas de calçados no mercado interno e na exportação, em função dos volumes e da receita bruta por par			
2018 – 2019		2019 – 2020	
Var. rec. bruta par – MI – (R\$0,14 x 120.001)	R\$16.220	Var. rec. bruta par – MI – (R\$0,56 x 119.429)	(R\$66.514)
Var. rec. bruta par – ME – (R\$1,08 x 30.862)	R\$33.188	Var. rec. bruta par – ME – (R\$0,70 x 25.979)	(R\$18.098)
Var. receita volumes 19	R\$49.408	Var. receita volumes 20	(R\$84.612)
Total	(R\$311.694)	Total	(R\$178.504)

Variação em dólares da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par			
2018 – 2019		2019 – 2020	
Volume ME – (9.642 x US\$4,44)	(US\$42.796)	Volume ME – (4.883 x US\$4,39)	(US\$21.408)
Var. receita a valores por par 19	(US\$42.796)	Var. receita a valores por par 20	(US\$21.408)

Variação em dólares da receita bruta de vendas de calçados na exportação, em função dos volumes e receita bruta por par			
2018 – 2019		2019 – 2020	
Var. rec. bruta par – ME – (US\$0,05 x 30.862)	(US\$1.677)	Var. rec. bruta par – ME – (US\$1,17 x 25.979)	(US\$30.257)
Var. receita volumes 19	(US\$1.677)	Var. receita volumes 20	(US\$30.257)
Total	US\$(44.473)	Total	(US\$51.665)

O modelo de negócios adotado pela Grendene contempla a atuação em mercados afetados pela moda onde a Companhia, como diferencial competitivo, apresenta regularmente uma grande quantidade de modelos novos a cada período. Cada modelo ofertado pela Companhia faz parte de uma coleção cuja vida média é em torno de 90 a 180 dias. Desta forma em um ano típico entre 95% e 98% da receita provém de novos produtos. Os produtos são essencialmente fabricados sob pedido de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A cada trimestre a Grendene apresenta novas coleções, propondo ao mercado uma nova base de preços (para cada nova coleção). Neste modelo de negócios, quaisquer alterações de custos são repassadas para os preços finais sempre que a demanda por estes produtos e o poder de compra dos consumidores permitirem. Assim sendo, a inflação afeta nosso resultado indiretamente, afetando a renda que o consumidor tem disponível para o consumo de nossos produtos. Nossos principais insumos são *commodities* cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio influencia os nossos custos na medida em que afeta os preços em reais destas *commodities* quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço das *commodities* em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço das *commodities* em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação no preço das *commodities* em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado, a taxa de câmbio afeta positivamente as nossas receitas de exportações, geralmente contribuindo positivamente para as margens uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

As taxas de juros não afetam diretamente o resultado operacional da Companhia, somente o resultado financeiro. A Companhia mantém um saldo expressivo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CP e LP) que em 31 de dezembro de 2020 era de R\$2.000,9 milhões (R\$2.128,5 milhões em 2019 e R\$1.977,0 milhões em 2018). Estes recursos basicamente estão aplicados no mercado financeiro rendendo juros a taxas próximas da Selic. Quaisquer variações nas taxas de juros praticados no mercado afetarão a remuneração destes recursos.

Indiretamente a elevação dos juros pode afetar o poder de compra de nossos consumidores.

O quadro a seguir apresenta as variações para os itens nele demonstrados:

	2018	2019	Var. % 2019/2018	2020	Var. % 2020/2019
Receita bruta por par – MI – R\$	R\$16,36	R\$16,50	0,9%	R\$15,94	(3,4%)
Receita bruta por par – ME – R\$	R\$16,22	R\$17,30	6,7%	R\$16,60	(4,0%)
Receita bruta por par – ME – US\$	US\$4,44	US\$4,39	(1,1%)	US\$3,22	(26,7%)
Receita bruta total – R\$	R\$16,33	R\$16,66	2,0%	R\$16,06	(3,6%)
CPV por par – R\$	R\$7,09	R\$7,47	5,4%	R\$7,03	(5,9%)
Taxa R\$ / US\$ (Final)	R\$3,8748	R\$4,0307	4,0%	R\$5,1967	28,9%
Taxa R\$ / US\$ (médio)	R\$3,6545	R\$3,9451	8,0%	R\$5,1558	30,7%
IGP-M			7,3179%		23,1391%
IPCA amplo			4,3060%		4,5173%
INCC-M			4,1%		8,7%
IBOVESPA			31,6%		2,9%

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Em 2018, 2019 e 2020, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2018, a Grendene alienou a empresa A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A., conforme contrato de compra e venda de 21 de fevereiro de 2018.

Em 2019 e 2020 não constituímos, adquirimos ou alienamos participação societária que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Em 2018, 2019 e 2020, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Dentre as políticas contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2019, as que sofreram alterações, são decorrentes de atualização de normas contábeis que passaram a vigorar a partir 1º de janeiro de 2020, não apresentando impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

Em 2020, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões das seguintes normas vigentes:

Normas	Natureza da mudança
IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 – Definição de material	Modifica à definição de “material”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.
Revisão do Pronunciamento Técnico nº 15 - CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48	Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da "Reforma da Taxa de Juros de Referência", e descontinuidade do uso da LIBOR como taxa de referência após 2021.
Revisão do Pronunciamento Técnico nº 16 – IFRS 16 / CPC 6	Concede benefícios em contrato de arrendamento relacionado à Covid-19 para arrendatários.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, e não tiveram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

As normas, revisões e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data da emissão das demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Normas	Natureza da mudança	Vigência
IFRS 17 /CPC 50 – Contratos de seguro	A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.	01/01/2023
IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023

De acordo com a avaliação da Administração, o IFRS 17/CPC 50 não se aplica ao Grupo. Adicionalmente, a Companhia não espera que a adoção do IAS 1 tenha impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidada.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Correção e reapresentação em decorrência do registro dos créditos tributários de PIS/Cofins das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

O Parecer dos Auditores Independentes, emitido com ênfase menciona que conforme nota explicativa 2.e), às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência do registro dos créditos tributários de PIS e Cofins oriundos de decisão judicial transitada em julgado em 13 de fevereiro de 2019, que concedeu à Companhia o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins, e de outras reclassificações conforme descrito na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados para refletir essas correções como previsto na NBC TG 23 (IAS 8) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Base para opinião com ênfase

Conforme evidenciado na nota explicativa 2.e), em fevereiro de 2019, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado lhe concedendo o afastamento da exigência da inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins, e lhe garantindo, dessa forma, o direito à compensação dos valores recolhidos no período de abril de 2002 a fevereiro de 2019. Em setembro de 2019, a Companhia obteve a habilitação desse crédito perante a Receita Federal do Brasil. Desta forma, a Companhia registrou crédito tributário de PIS e Cofins, no valor total de R\$462.831 mil, incluindo principal e atualização monetária, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração, bem como o processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de operações.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos e da existência de julgamento crítico da administração, amparada pela opinião de assessores jurídicos e tributários, na mensuração dos impactos decorrentes da ação transitada em julgado, bem como quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros: o entendimento do processo da administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, em conjunto com nossos especialistas tributários; a análise, com auxílio de nossos especialistas tributários e legais, da documentação relativa à decisão judicial transitada em julgado, bem como das opiniões legais emitidas em conexão com o tema; a realização de testes de recálculo do crédito apurado pela Companhia em bases amostrais, incluindo a análise da documentação suporte dos itens selecionados para teste documental, em conjunto com a realização de procedimentos analíticos substantivos de auditoria; a análise da estimativa de recuperação dos créditos tributários preparada pela administração; e a revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados para mensuração e reconhecimento dos referidos créditos tributários adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.e), no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Opinião da Administração sobre o Parecer dos Auditores Independentes emitido com ênfase

A Administração com base nas informações apresentadas pelos auditores sobre os resultados de auditoria e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado) emitido com ênfase, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Reapresentado).

Conforme mencionado na nota explicativa 2.e), em 13 de fevereiro de 2019, transitou em julgado acórdão do TRF da 5ª Região que concedeu mandado de segurança em favor da Companhia, determinando que o ICMS não componha a base de cálculo para incidência do PIS e da Cofins, reconhecendo o direito ao crédito. Tendo em vista que a ação foi ajuizada em 2007, os valores a recuperar retroagiriam à competência de abril de 2002.

No entanto, no entendimento da Administração, havia certa insegurança a respeito de qual valor de ICMS deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins para fins de determinação do valor do crédito a ser compensado ou restituído, em especial se seria levado em consideração apenas o ICMS efetivamente pago nas operações ou o ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, uma vez que a decisão reconheceu o direito da Companhia em excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, mas não foi explícita em relação ao ICMS a ser excluído, se o destacado nas notas fiscais de vendas ou o efetivamente pago.

Dando prosseguimento às etapas processuais necessárias para compensação de valores de impostos pagos a maior, a Companhia realizou o protocolo de seu procedimento administrativo de habilitação prévia junto à Receita Federal do Brasil, pleiteando valor atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$496.035, calculados considerando o ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, de acordo com a melhor interpretação da administração e de seus assessores jurídicos, pedido este que foi deferido em 19 de setembro de 2019.

Desta forma, em 30 de setembro de 2019, a Companhia e seus administradores optaram por uma postura conservadora quanto ao reconhecimento do referido crédito e apropriaram contabilmente, conforme a solução de consulta interna número 13/2018-COSIT, o valor dos créditos no montante R\$51.258 de PIS e da Cofins referentes à exclusão do ICMS efetivamente pago nas operações e não o valor dos créditos relativos ao ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, considerando o restante da pretensão, como um ativo contingente.

Ao longo dos últimos meses a Companhia revisou os seguintes fatos: (i) Tribunais Regionais Federais, inclusive o TRF da 5ª Região, com jurisdição sobre a Companhia, tem decidido que o ICMS destacado nas notas fiscais de vendas deve ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins; (ii) Projeto de Lei que instituiu a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços – CBS; e, principalmente, (iii) Risco de caducidade dos créditos, que de acordo com o artigo 103 da IN RFB 1.717/17, o prazo para a apresentação do pedido de compensação dos referidos créditos, inclusive aqueles relativos ao valor do ICMS destacado nas notas fiscais de vendas, expiram ao final de 5 anos a partir da data do trânsito em julgado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Diante deste cenário, entendeu-se necessário reavaliar as premissas que nortearam os procedimentos contábeis e fiscais adotados. Como parte de seu processo de reavaliação do tratamento contábil a ser dispensado à matéria, a Companhia obteve opinião legal junto a seus assessores jurídicos, onde foram abordados aspectos relativos as questões pendentes de julgamento pelo STF, os possíveis efeitos dos embargos de declaração e o valor do ICMS a ser excluído, dentre outros.

Após análise detalhada do tema, chegou-se à conclusão de que há argumentos sólidos para embasar o reconhecimento da integralidade dos Créditos do PIS e da Cofins calculados sobre o montante destacado de ICMS nas notas fiscais de vendas. Desta forma, à luz do que prescreve o CPC 25, considerou-se que o ativo não é contingente, uma vez que a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, inclusive já tendo sido iniciadas as compensações, bem como o valor em referência foi mensurado com razoável confiabilidade.

A Administração tem expectativa de que o crédito fiscal, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$462.831, líquido das compensações já realizadas, seja compensado até 2024.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e exercício do julgamento são revisitados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando de sua efetiva realização.

As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentados nas devidas notas explicativas divulgadas em 04/03/2021, disponíveis nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.grendene.com.br>), relacionadas a seguir:

Notas	Natureza
Nota 6	O valor justo da mensuração das aplicações em outros ativos financeiros;
Nota 7	As perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, descontos por pontualidade estimados e as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente;
Nota 8	As perdas estimadas para estoques obsoletos;
Notas 11 e 12	A seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e perdas por redução ao valor recuperável;
Nota 14	As provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais e os ativos contingentes;
Nota 17	O imposto de renda e contribuição social diferidos;
Nota 19	As análises de sensibilidade de instrumentos financeiros; e
Nota 21	O valor justo da mensuração do plano de opções de compra e subscrição de ações.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não Aplicável

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não Aplicável

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não Aplicável

iv) Contratos de construção não terminada

Não Aplicável

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não Aplicável

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos com sociedades controladas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira e/ou mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2018, 2019 e 2020 os maiores investimentos foram em manutenção de prédios industriais, reposição do ativo imobilizado e aquisição de novos equipamentos para modernização do parque fabril e nos diversos projetos para melhorar a eficiência da companhia.

A composição dos investimentos está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Investimentos (em imobilizado e intangível)	72,3	52,4	73,2	39,6%

Em 2021 nossa previsão é investir um valor em torno de R\$100 milhões na manutenção de nossa capacidade produtiva.

As descrições quantitativas e qualitativas dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos estão descritas nos itens 10.8.b e 10.8.c.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições de fazer todos os investimentos com recursos próprios.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não temos previsão de aquisição de plantas industriais, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

A Grendene atua no setor de calçados com fortes componentes de moda e seu modelo de negócios se assemelha ao que é conhecido no mercado como “*fast fashion*”, que consiste no lançamento de muitos produtos num ano compondo diversas coleções. Desta forma o portfólio de produtos da Grendene é inteiramente renovado a cada 90 a 180 dias.

Para garantir o sucesso e aceitação destas coleções a Grendene acompanha continuamente o mercado mantendo estreita comunicação com os pontos de venda e realiza pesquisas de mercado junto a consumidores alvo sobre suas propostas de lançamentos. Também faz parte deste esforço a participação em muitas feiras nacionais e internacionais onde as reações dos compradores relativas aos produtos podem ser observadas e testadas.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Grendene não divulga pesquisas em andamento pelas características de seu negócio, mas mostra o resultado na forma de produtos nos lançamentos, que geralmente ocorrem durante a participação em feiras e eventos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R\$ milhões	2018	2019	2020	Var. % 2020/2019
Investimento em P&D de novos produtos	54,7	54,3	46,3	(14,7%)

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.8.b e 10.8.c.

iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no item 10.8.c.ii.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.